

## VACINAÇÃO COVID-19

# Finalmente a vacina, MAS...

Após o governo Bolsonaro dificultar ao máximo a vacina no país, atrasando a compra das vacinas, atuando contra as medidas preventivas da Covid-19 e insistindo em remédios que cientificamente não tem comprovação, finalmente demos início a vacinação.

Para piorar houve uma politização entre Bolsonaro e Dória que colocaram a discussão da vacina como pauta da disputa presidencial de 2022.

Dória, ao contrário de Bolsonaro, investiu na vacina no Estado e através do Butantan encaminhou a CoronaVac em acordo com uma empresa chinesa.

Quando fica evidente que vários países já estavam começando a vacinação, único caminho para superar a crise sanitária, Bolsonaro muda o discurso e a política. Atrasado passou a ir atrás de vacinas e pressionado pelo avanço da pandemia, teve que responder a inoperância do seu governo e de seu Ministro da Saúde, general Pazuello, que levou vários brasileiros, por falta de ação do governo, a morrerem em Manaus sem oxigênio.

Dia 17/01 a Anvisa aprovou o uso

emergencial de duas vacinas testadas no país, a CoronaVac – produzida pelo Instituto Butantan – e a de Oxford – que será produzida pelo laboratório Fiocruz.

### Pouca vacina

O negacionismo do governo Bolsonaro e a politização da vacina contribuiu para atrasar a chegada ao Brasil.

Certamente atrasaremos o processo de imunização da população, num momento dramático onde já acumulamos 217 mil mortes e mais de mil mortes por dia.

Nesse primeiro momento as poucas vacinas produzidas ou importadas têm sido destinadas aos trabalhadores da saúde na linha de frente da Covid-19 e alguns municípios incluem grupos de idosos nas faixas mais avançadas. Mas já começam a ter notícias de espertalhões querendo furar as filas.

### Dória faz demagogia na Unicamp

Para a Área de Saúde da Unicamp chegaram 4 mil doses da CoronaVac, suficientes apenas para vacinar 2 mil

trabalhadores em duas doses.

O governador Dória veio ao HC participar do ato de início da vacinação, já que agora se coloca como defensor da ciência, mas no início do seu governo patrocinou CPI para atacar as Universidades Públicas, fez o PL 529 para confiscar o dinheiro das Universidades e acabou com as Fundações do Onconcentro e do Remédio Popular e com a Sucen, responsável por cuidar de epidemias no Estado.

### STU cobra transparência

O STU recebeu denúncias de trabalhadores preocupados com os critérios da vacinação. Por ofício, pediu reunião e cobrou transparência da reitoria. Médicos residentes também se mobilizaram no mesmo sentido e esse debate, que repercutiu na imprensa da cidade, esteve presente no país todo.

Num primeiro momento a Unicamp recuou, depois reafirmou critérios definidos pelas unidades de saúde que incluem os trabalhadores da linha de frente e os docentes que atuam como plantonistas.

Para o STU era preciso já ter nessa primeira lista os trabalhadores do grupo de risco, que mesmo não estando na linha de frente do combate à Covid-19, foram obrigados a continuar no atendimento e ficar expostos em áreas que tiveram contaminação.

A reitoria após essa discussão editou a Portaria criando um grupo com profissionais ligados a Área de Saúde que terá a tarefa de definir quais grupos e setores terão prioridades nas próximas vacinações, com base nos critérios do Ministério da Saúde.

O STU continuará insistindo na transparência e na divulgação dos critérios, dos setores e da lista dos que já foram vacinados e dos que serão nas próximas etapas.

## STU repassa pagamento aos trabalhadores que ganharam Sexta-Parte na Justiça

Mais de 200 funcionários tiveram reconhecido o seu direito à Sexta-Parte e estão recebendo seus pagamentos.

A sexta-parte é garantida aos servidores quando completam 20 anos de efetivo exercício, segundo o artigo 129 da Constituição Estadual de 1989.

O direito à Sexta-Parte incorpora-se aos vencimentos para todos os efeitos legais.

Depois de uma longa batalha jurídica, o STU garantiu o recálculo da ação e agora que a homologação dessas contas saiu foi expedido o precatório, ou seja, o instrumento determinado pelo Poder Judiciário para que fosse realizado o pagamento pelo Estado.

Quem já fez acordo com a Unicamp e

já recebeu os valores não terá direito nesse processo.

Desde 2007 os servidores aguardavam uma decisão da justiça em relação ao processo da Sexta-Parte.

Na época, o STU buscou que o acordo oferecido pela Unicamp preservasse os direitos trabalhistas conquistados, mas não foi possível uma resolução favorável.

Essa grande conquista é fruto de uma luta histórica que começou há 14 anos. E demonstra a importância da associação ao Sindicato como forma de fortalecer as ações da categoria.

As medidas jurídicas não substituem a luta nem a unidade da categoria, mas é um caminho, por vezes necessário, para defendermos nossos direitos.

## Mudança de Regime: Última chamada para aderir à contratação de um escritório jurídico especializado. Fique atento aos golpes!



Termina na próxima semana (05/02) o prazo de adesão para contratação de um escritório de advogados especializado para atuar no processo da Mudança de Regime, que continua no STF (Supremo Tribunal Federal).

Semana que vem a diretoria do STU se reúne para avaliar os encaminhamentos até aqui.

Essa contratação custa cerca de um salário base do servidor (remuneração bruta descontada a contribuição previdenciária) pra cada um que aderir, caso atinja pelo menos mil adesões.

### Como aderir ao processo?

O servidor que mudou de regime (Grupo 85/88) interessado em aderir deve encaminhar para a nossa assessora jurídica, Dra. Lígia de Paula, seus dados pessoais [Nome completo / Estado Civil /

Telefone], a cópia do último holerite e mencionar se é ou não filiado ao STU.

Associado ao Sindicato terá desconto de 20%. Se o associado recebe entre 3 e 5 salários mínimos, considerando o salário bruto, o desconto será de 50%. Quem recebe até 3 salários mínimos pode aderir sem custo.

Aqueles que não pretendem aderir à contratação do novo escritório também devem informar a recusa, via e-mail, para que possamos avaliar a viabilidade ou não dessa contratação.

A manifestação, a favor ou contrária, deve ser enviada para [ligiadepaula@advocaciasobral.com.br](mailto:ligiadepaula@advocaciasobral.com.br) o mais breve possível.

Cabe ressaltar que a contratação desse escritório tem o objetivo de fortalecer a defesa que as entidades farão junto ao STF quando do julgamento, aumentando as chances de uma decisão mais favorável aos trabalhadores.

### Cuidado com Golpistas

Recebemos denúncia de que

escritórios estão captando clientes para o processo da Mudança de Regime.

Não existe espaço no processo para contratação de advogado particular porque quem está sendo processada é a Unicamp, não os funcionários envolvidos.

STU e a Fasubra são *amicus curiae* no processo, ou seja, é um terceiro que ingressa na ação para fornecer subsídios ao julgamento. Pela lei, só podem intervir como *amicus curiae* pessoa física ou jurídica capaz de representar, de forma adequada, o interesse que busca ver protegido no processo.

Atenção para não cair em golpe e perder dinheiro com contratação de assessoria jurídica pessoal desnecessária.

Todas as etapas processuais, independente do escritório especializado ser contratado, continuarão sendo acompanhadas pelos advogados do STU.

Caso tenha dúvidas em relação ao processo, entre em contato, o mais breve possível, com o nosso Departamento Jurídico pelo WhatsApp do STU: (19) 99744-4890.

## Unicamp suspende atividades não presenciais nos campi

Nesta semana a reitoria suspendeu as atividades presenciais não essenciais nos campi em virtude da piora da pandemia do Coronavírus, Resolução GR nº. 004/2021, de 25/01/2021.

A medida leva em consideração uma série de fatores, entre eles, que na “reclassificação anunciada no dia 22/01/2021, 78% da população do estado está na Fase Vermelha e 22%, na Fase Laranja (incluindo a região de Campinas e Piracicaba), as duas mais restritas do Plano São Paulo”.

A orientação cumpre o objetivo de prevenção pelo afastamento social que continua sendo uma das medidas mais eficazes no combate à Covid-19.

O documento sinaliza que as atividades administrativas essenciais da Universidade poderão funcionar em

regime de contingenciamento ou rodízio, permitido o teletrabalho no período, conforme planejamento específico de cada local.

As atividades assistenciais de saúde e hospitalares, inclusive as do CEB; as atividades administrativas de suporte às atividades assistenciais; os serviços de vigilância, de alimentação, de limpeza das áreas hospitalares e demais áreas em funcionamento presencial, de suporte de TI e as que requerem cuidados pessoais, como biotérios, estufas, e equipamentos de grande porte que não podem ser desligados são considerados serviços essenciais e não estão contemplados por essa medida.

Caso tenha algum dúvida ou problema em seu local de trabalho procure o STU (WhatsApp 99744-4890).

## ICMS de Dez/20 cresceu

A arrecadação do ICMS de dez/2020 teve um crescimento nominal de 3,71% comparado com dez/2019. No acumulado do ano o crescimento foi de 1,95%.

A previsão inicial era arrecadar R\$ 113,8 bilhões e fechou o ano com R\$ 109,6 bilhões.

O gasto acumulado com folha na média das três Universidades ficou em 85,31% (Unesp 83,08%, Unicamp 88,28% e USP 85,05%), sendo o mais baixo dos últimos 9 anos.

Através da Lei Complementar nº 173/20, o governo Bolsonaro congelou o salário do funcionalismo até dez/2021, além do auxílio alimentação, a carreira, os concursos e suspendeu a contagem de tempo para Licença Prêmio, Sexta-Parte e Quinquênio.

Indignado com a medida que ataca os servidores neste momento delicado de crise sanitária, o STU entrou na Justiça contra essa lei e no momento aguarda o julgamento em 1ª instância.

## Funcionalismo vai à luta em defesa da vida, pede saída de Bolsonaro e questiona Doria na “guerra da vacina”

*Um “homem da ciência” não pode confiscar aposentados, arrochar salários, fechar órgãos públicos relevantes, cortar recursos para educação, saúde, ciência e tecnologia*

A retomada das reuniões da **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, logo no início de 2021, colocou em pauta questões centrais para o funcionalismo e a sociedade. Composta por mais de 80 entidades representativas dos servidores públicos do estado de São Paulo, entre elas as que integram o Fórum das Seis (Adusp, Adunicamp, Adunesp, Sintusp, STU, Sintunesp, Sinteps e entidades estudantis das universidades estaduais paulistas e Centro Paula Souza), a Frente vem deliberando diversas ações contra os desmontes promovidos pelo governo Doria, pela aprovação dos projetos de decreto legislativo (PDL) que pedem a revogação do confisco dos aposentados, em defesa dos serviços públicos e da vida.

A crítica à “guerra das vacinas” e a cobrança de um efetivo plano de vacinação universal, exclusivamente pelo SUS, bem como o questionamento à volta das aulas presenciais em meio ao crescimento da pandemia, também são pontos na pauta da Frente.

### “Homem da ciência”?

Os interesses eleitorais que se acumulam por trás dos discursos e ações sobre a vacinação contra a

Covid-19 saltam aos olhos. Na esfera federal, sucedem-se omissões e erros criminosos contra a saúde pública, a bordo de um falatório negacionista desde o início da pandemia. No início de 2021, chegamos a extremos, como a falta de oxigênio no Amazonas, e atrasos na vacinação que ceifarão a vida de mais alguns milhares de brasileiros/as. Com ações genocidas, o governo Bolsonaro segue apostando em uma ou outra pirotecnia, incapaz de dar conta da tragédia sanitária que se abate sobre o país, com mais de 215 mil mortes.

João Doria, por sua vez, busca trazer para si os louros da ciência, tendo como lastro a acertada parceria estabelecida entre o Instituto Butantan e o laboratório chinês Sinovac, para a produção da Coronavac, até poucos dias única vacina disponível no Brasil. Um olhar mais atento às ações do governador desde a sua posse, no entanto, mostra que as contradições são gigantescas.

A reforma da Previdência do funcionalismo paulista, concluída em março de 2020 após pesada repressão contra os grandes atos protagonizados pelo funcionalismo na Assembleia Legislativa, foi apenas um dos muitos ataques. Além do aumento das alíquotas de contribuição e criação de dificuldades para o exercício do direito à aposentadoria, Doria foi além, estabelecendo uma pesada sobretaxação para aposentados e pensionistas autárquicos com a edição



### “Se é essencial, por que paga mal?”

Ávido por colher os louros do início da vacinação contra a Covid-19 – que devem ser creditados aos servidores públicos do Butantan –, Doria vem correndo o estado para aparecer nas fotos. Ao chegar ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP), no campus da USP, no dia 19/1, o governador foi recebido por um protesto de servidores da saúde, organizado pelo SindSaúde. “Se é essencial, por que paga mal?”, questionavam as faixas.

Assim como as demais categorias do funcionalismo paulista, eles estão com os salários e benefícios congelados até dezembro de 2021, pois o governador não teve dúvidas ao impor no estado as regras determinadas pela LC 173/2020, a lei federal que regulamentou a ajuda aos estados e municípios.



Protesto durante visita do governador a Ribeirão Preto  
(Fonte: SindSaúde)



do decreto 65.021/2020 (confira a reação do funcionalismo na matéria 'Confisco dos aposentados: Luta agora é pela aprovação dos PDLs').

Em meio à pandemia, o auto proclamado paladino da ciência enviou à Assembleia Legislativa, em 13/8/2020, o projeto de lei (PL) 529, um verdadeiro tsunami contra o serviço público paulista, que previa a extinção de órgãos públicos importantes para a população, muitos deles na área da saúde,

cortes nos recursos das universidades públicas e da Fapesp, aumento das contribuições ao Iamspe, entrega de áreas públicas à iniciativa privada, entre outros. A reação do funcionalismo público, organizado em suas entidades, conseguiu impedir parte destes ataques, como os cortes nas universidades e o fechamento de alguns órgãos públicos. Mas muitos foram concretizados, como é o caso da extinção da Superintendência de Controle de Endemias (Sucen)... em plena pandemia!

## *Confisco dos aposentados*

# Luta agora é pela aprovação dos PDLs. 11/2 tem audiência pública na Alesp

Pouco tempo após aprovar a reforma da Previdência na Assembleia Legislativa, o governador Doria baixou o decreto 65.021, em 19/6/2020, estabelecendo que a contribuição previdenciária dos atuais aposentados e pensionistas estatutários não mais incida sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (como previa a regra até então vigente), mas sim sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere um salário mínimo nacional, incidindo por faixa salarial. O confisco é pesado. O detalhe é que a mudança foi adotada sem nenhuma comprovação de "déficit atuarial", como prevê o próprio decreto 65.021.

Em reação, além das ações judiciais ajuizadas por dezenas de entidades sindicais, entre elas as das universidades estaduais, teve início uma forte mobilização na Assembleia Legislativa. Foram apresentados cinco projetos de decreto legislativo (PDL) para anular a sobretaxação dos aposentados e pensionistas:

- PDL 22/2020, do deputado Carlos Giannazi (PSOL)
- PDL 23/2020, da deputada Delegada Graciela (PL)
- PDL 24/2020, do deputado Campos Machado (PTB)
- PDL 39/2020, da deputada Professora Bebel (PT).
- PDL 40/2020, do deputado Agente Federal Danilo Balas (PSL)

Após muita pressão, que contou com tuitos e até atos presenciais (mantendo as precauções sanitárias), o PDL 22 foi enquadrado em tramitação de urgência e aprovado no Congresso de Comissões, o que permitiu que entrasse em plenário para votação em 16/12, tendo os demais PDLs sido apensados a ele.

O dia 16/12 foi marcado por uma forte pressão das entidades do funcionalismo, com manifestações nas redes sociais, pressões nos deputados em suas bases e um ato presencial na Alesp. Inconformada com a possibilidade de aprovação do PDL 22, a base governista deu um golpe no plenário, antes que o PDL 22 entrasse em discussão. O deputado Carlão Pignatari (PSDB), líder do governo na Alesp, apresentou duas emendas em plenário, o que acabou inviabilizando a votação, pois o projeto, neste caso, tem que voltar para as comissões.

Como as atividades legislativas retornam no dia 4/2, a expectativa é que o PDL 22 (tendo os demais apensados a ele) volte ao plenário para votação cerca de 30 dias depois, com a urgência já aprovada.

### A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público tem o seguinte calendário de mobilização:

- ➔ 1º/2 – 'Dia Nacional de luta' pela vacina para todos, contra a Reforma Administrativa, contra as privatizações, contra o confisco dos aposentados e pensionistas. Em São Paulo, está prevista carreta, a partir das 10h, saindo da Praça Charles Miller e indo para a Alesp.
- ➔ 4/2 – Início das atividades na Assembleia Legislativa. **Tuitos** das 14h às 16h, pela aprovação dos PDLs.
- ➔ 11/2 – Às 17h, **audiência pública** na Alesp, tendo a luta contra o decreto 65.021/2020 em destaque.



# Sem vacinação e com pandemia em alta, retorno presencial nas escolas é de alto risco. Frente indica ‘greve sanitária’

**E**mbora o quadro da pandemia já seja mais grave do que nos primeiros meses após o início da crise sanitária, o secretário de Educação do Estado, Rossieli Soares, vinha insistindo no cronograma de reabertura das escolas a partir de 1/2.

A determinação causou preocupação e indignação, uma vez que os números da doença estão em alta acelerada. No estado de São Paulo, o total de casos supera 1,5 milhão e o de mortos, 50 mil. O início da vacinação, embora um alento, ainda está longe de apontar uma solução para a crise, especialmente pelo escasso número de doses até o momento e as atrapalhadas do governo federal.

As entidades sindicais agrupadas na **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público** – da qual fazem parte os sindicatos das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza – vêm se organizando para evitar que isso aconteça, sob o risco de vermos o número de casos e óbitos aumentar mais ainda. Sem vacinação e garantias sanitárias, o indicativo é de **GREVE SANITÁRIA**, ou seja, a manutenção do trabalho remoto e recusa ao presencial.

## Discursos contraditórios

Em entrevista durante o *Jornal da Cultura*, em

20/1/2020, questionado sobre a volta presencial na educação básica e superior, o presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas, sinalizando séria divergência com o titular da Educação, frisou:

*“Quando você olha a escola, é um ambiente seguro e protegido, eu concordo. O problema não é a escola, mas sim o que ela acarreta em termos de mobilidade. A ausência de aulas presenciais neste momento representa 15% da população em casa. Se esse contingente volta a circular, o vírus volta também. É importante o retorno às aulas, mas temos que pensar na necessidade de reduzir a mobilidade social em todos os segmentos. Diminuir a circulação do vírus é a chave do combate à pandemia neste momento.”*

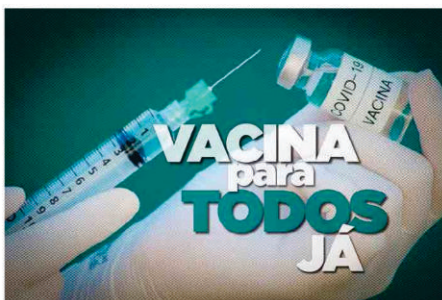
No dia seguinte, em coletiva de imprensa, o governo Doria reclassificou seis regiões para a fase vermelha (agora já são sete) e o restante do estado (inclusive capital e Grande SP) para a laranja. Segundo o anúncio, nenhum estudante será obrigado a voltar presencialmente nas fases laranja e vermelha, embora o calendário de retorno ainda aponte para fevereiro.

Sobre a vacinação, confira manifesto da Frente Paulista a seguir.

## Manifesto da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público: Pelo acesso universal e gratuito à vacina para todas e todos

Desde a sua chegada em solo brasileiro até o presente, mais de oito milhões e seiscentas mil pessoas foram contaminadas com a Covid-19 e, destas, mais de duas centenas de milhares de brasileiros perderam a vida em decorrência dela. As autoridades responsáveis direta e indiretamente pela saúde pública, notadamente o governo Bolsonaro, têm desempenhado suas funções mergulhadas no mais profundo descaso, dando reiteradas vezes testemunho de sabotagem das medidas de proteção à vida e à saúde preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), abstendo-se de tomar as mínimas providências necessárias para a diminuir a taxa de transmissão do coronavírus.

À revelia do governo federal, e buscando firmar-se como alternativa para as eleições de 2022, o governador de São Paulo apostou na produção da vacina Coronavac, da empresa SINOVA, e conseguiu, via a excelência do Instituto Butantan, cerca de 4 milhões de doses iniciais do imunizante que confere comprovada proteção contra a Covid-19. Com isso, João Doria tomou uma iniciativa importante para a mitigação da pandemia, embora permeada por um discurso de va-



lorização da ciência francamente incompatível com a sua prática de reiteradas tentativas de retirar recursos das Universidades Estaduais Paulistas, dos Institutos de Pesquisa do estado de São Paulo e da FAPESP.

No momento, o que temos em território nacional é uma quantidade de vacina que corresponde a menos de 3% do necessário para todos os brasileiros e um governo federal que tem contribuído decisivamente para aumentar o número de mortes evitáveis produzidas por uma gestão, no mínimo desastrosa, que tem pressionado o sistema de saúde a adotar práticas e utilizar medicamentos comprovadamente ineficazes contra o SARS-Cov-2. Com dezenas de milhares de mortes decorrentes da Covid-19, muitas delas evitáveis caso medidas adequadas tivessem sido tomadas, o governo federal ainda protagoniza o escandaloso e desumano colapso do abastecimento de oxigênio no estado do Amazonas pois, embora tivesse conhecimento oficial de que isso poderia acontecer - conforme admitiu o ministro da Saúde



– não tomou, em tempo hábil, as providências necessárias para evitar a tragédia, mesmo dispondo de todos os meios para isso.

A incúria e a irresponsabilidade das diversas instâncias do poder público que, por ação ou omissão, estão transformando o Brasil num enorme campo de extermínio, não recomendam que possamos confiar que, daqui por diante, tomarão as medidas necessárias - inclusive no que diz respeito ao processo de vacinação – para estabelecer um mínimo controle sobre a expansão da pandemia.

Diante desse quadro lamentável e desesperador, a Frente Paulista em Defesa do Serviço Público considera urgente, urgentíssimo, que a Câmara e o Senado Federais se reúnam extraordinariamente para avaliar a situação sanitária do país e, nesse contexto, exigir e propor que as instâncias executivas tomem medidas cabíveis para conter o morticínio de brasileiras e brasileiros. Isto implica em promover uma análise em profundidade da condução das políticas de saúde, responsabilizar quem de direito pelo desastre que promoveram até agora e, principalmente, formular políticas emergenciais para a mitigação dos efeitos da pandemia na saúde de todos/as os/as brasileiros e na economia do país, inclusive, considerando a possibilidade de quebra de patente das vacinas.

Em caráter emergencial, nossa preocupação imediata é assegurar que todas as brasileiras e brasileiros sejam vacinados e, portanto, é crucial que o “Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19” garanta a quantidade

de doses vacinais compatível com o tamanho da população brasileira, distribuição territorial adequada, acompanhada de uma logística que assegure vacinação acessível para todas as brasileiras e brasileiros, sem o que o mote “Vacina, Já” carece de materialidade e sentido.

Entendemos também que os parlamentos estaduais e municipais têm um papel de grande importância nesse processo, porque podem exercer a sua prerrogativa de fiscalizar o respectivo poder executivo e estabelecer garantias reais para que os/as moradores/as de todas as regiões do Brasil sejam alcançados pelo processo de vacinação. A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público conchama os presidentes da Câmara e do Senado Federais, os presidentes das Assembleias Legislativas dos estados e das Câmaras Municipais a convocarem reuniões extraordinárias das respectivas instâncias para exercer suas prerrogativas de fiscalização do poder executivo, construindo dispositivos que possibilitem supervisão e vigilância, em tempo real, da aplicação das políticas públicas de saúde dedicadas ao controle da pandemia da Covid-19, em especial à execução do “Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19” em todas as suas dimensões, garantindo acesso universal e gratuito à vacina para todos os brasileiros e brasileiras e estrangeiros residentes no Brasil.

*Frente Paulista em Defesa do Serviço Público*  
25 de janeiro de 2021

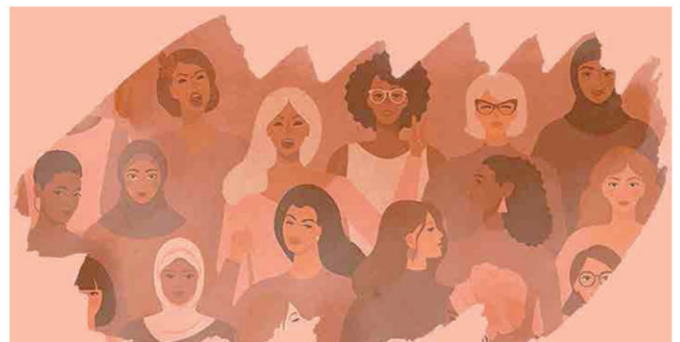
## *Em defesa de Isa Penna*

# Nota de repúdio ao abuso sexual praticado pelo deputado Fernando Cury

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, à qual estão vinculadas 80 entidades, associações e/ou sindicatos de servidores públicos do estado de São Paulo e estudantes, vem a público manifestar seu veemente repúdio ao abuso sexual praticado por Fernando Cury (Cidadania) contra a deputada Isa Penna (PSOL) durante sessão da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 16 de dezembro de 2020.

Tal atitude deixa evidente comportamento indigno, machista e discriminatório por parte do parlamentar, desrespeitando não somente a deputada Isa Penna e as mulheres que ela ali representa, mas o conjunto de mulheres que sofrem diariamente com o machismo estrutural estabelecido e perpetuado em nossa sociedade.

Que os procedimentos determinados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, de abertura de investigação criminal do deputado Fernando Cury, sigam para a sua punição efetiva e exemplar. Conclamamos também os Conselhos de Ética da Assembleia Legislativa e do partido Cidadania, a presidência da Casa Legislativa e todas as deputadas e deputados para que repudiem e condenem



o ato do deputado Cury, fazendo cumprir seus regimentos e estatutos, e determinem pelo fim imediato do mandato do parlamentar.

Nossa total solidariedade à deputada Isa Penna e a todas as mulheres vítimas de crimes sexuais.

Qualquer forma de violência não pode ser tolerada em uma sociedade civilizada!

*Frente Paulista em Defesa do Serviço Público*  
20 de janeiro de 2021